

TRAMA GOLPISTA

Decisão de Motta irrita bolsonaristas

Presidente da Câmara age contra a manobra de usar a Casa para atos em defesa do ex-presidente e ataques ao Supremo

» DANANDRA ROCHA
» ALICIA BERNARDES*

A decisão do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) de proibir reuniões de comissões, entre 22 de julho e 1º de agosto de 2025 — período do recesso parlamentar —, travou o movimento dos bolsonaristas que, agora, estão em pé de guerra com o presidente da Câmara. A determinação, publicada no Diário Oficial da Câmara na manhã de ontem, pegou aliados de Jair Bolsonaro de surpresa e cancelou reuniões extraordinárias convocadas pelas Comissões de Relações Exteriores e de Segurança Pública, ambas presididas por parlamentares apoiadores do ex-presidente. Os encontros tinham como objetivo aprovar uma moção de louvor a Bolsonaro e debater projetos contrários ao Supremo Tribunal Federal (STF), entre eles, a proposta de anistia aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro.

Na semana passada, Motta e o presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), tinham avisado que o recesso não seria suspenso. Os bolsonaristas passaram a forçar o fim das férias no Parlamento depois da determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de que Bolsonaro, entre outras restrições, usasse tornezeira eletrônica e não pudesse se comunicar com o filho Eduardo (PL-SP), deputado federal licenciado e que está nos Estados Unidos.

Nos bastidores do Congresso, a justificativa para não suspender o recesso são duas: Motta e Alcolumbre não aceitam que os bolsonaristas arrastem o Legislativo para um problema que não é do Congresso e diz respeito exclusivamente ao ex-presidente; e 2) interromper as férias

Reprodução/Redes sociais



Sargento Fahur (E) e Delegado Caveira (D) erguem a faixa em apoio a Trump. Manifestação causou desconforto até entre os bolsonaristas

ATO DO PRESIDENTE

Veda a realização de reunião de comissões no período de 22 de julho a 1º de agosto de 2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica vedada, no período de 22 de julho a 1º de agosto de 2025, a realização de reuniões de comissões da Câmara dos Deputados.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência da Câmara dos Deputados, em 22 de julho de 2025.

HUGO MOTTA
Presidente

Reprodução

Decisão de Motta de não ter funcionamento de comissão no recesso

soaria como se Câmara e Senado estivessem endossando os apoiadores de Bolsonaro contra a decisão de Moraes, o que afrontaria o STF e criaria uma crise institucional.

Os bolsonaristas se indignaram com a determinação de Motta. Parlamentares do PL classificaram o ato do presidente da Câmara de “ilegal” e o acusaram de “cercear” a atuação legislativa. “Hoje (ontem) votaríamos uma moção de louvor ao presidente Bolsonaro. Ele foi o único homem que ousou falar sozinho nessa tribuna quando todos se calavam. É um dos maiores líderes desta nação”, afirmou o deputado Zucco (PL-RS).

Um dos bolsonaristas mais irritados com a ordem de Motta era

o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). “A censura começou com a caneta de Alexandre de Moraes e, agora, continua na Câmara. Me sinto amordaçado numa Casa que deveria ser do povo”, disse.

Para ele, a decisão não encontra respaldo no Regimento Interno da Câmara. “A única autoridade que poderia deliberar durante o recesso seria o presidente em exercício (deputado Elmar Nascimento, do União Brasil-BA). A decisão de Hugo Motta é antirregimental e ilegal”, acusou.

Na coletiva dos bolsonaristas, uma cena chamou atenção e expôs divisões internas entre os apoiadores do ex-presidente. Os deputados

Delegado Caveira (PL-PA) e Sargento Fahur (PSD-PR) exibiram uma bandeira dos Estados Unidos com o nome do presidente Donald Trump. O episódio gerou desconforto, pois Bolsonaro e o filho Eduardo são apontados como os responsáveis pelo tarifaço de 50% sobre os produtos exportados para os Estados Unidos — que tem tudo para impactar pesadamente a economia brasileira.

O deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), presidente da Comissão de Segurança Pública, determinou a retirada da faixa. “Foi retirada porque não era o foco da pauta de hoje”, justificou. Mas, mesmo assim, minimizou o episódio: “Tudo que o presidente Trump faz é uma resposta ao trabalho da diplomacia do presidente Lula. Um trabalho ruim recebe a resposta da comunidade internacional”, observou.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** explicam a ação de Motta. De acordo com o jurista Roberto Beijato Júnior, doutor e mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a decisão do presidente da Câmara é absolutamente legal. “Ele tem a prerrogativa de fazer cumprir o Regimento Interno no que tange ao funcionamento dos trabalhos legislativos. O Parlamento está em recesso e, por isso, as atividades das comissões podem ser suspensas por ato do presidente”, frisou.

A afirmação é reforçada pela advogada Gabriela Santana, especialista em Relações Governamentais da BMJ Consultores Associados. “O presidente tem prerrogativa para decidir sobre o funcionamento da Casa. O art. 16 do Regimento Interno o define como supervisor dos trabalhos da Câmara”, lembrou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi



SUMIMIT
IMPLEMENTAÇÃO
DA REFORMA
TRIBUTÁRIA
Desafios e soluções

SAVE THE DATE
19 de agosto de 2025

Centro de Convenções
Ulysses Guimarães

Em parceria com:

CORREIO BRAZILIENSE